

**AGENDA DE  
DESENVOLVIMENTO  
PARA AS UNIVERSIDADES  
FEDERAIS**



# A AGENDA

A Andifes, reconhecendo a nova realidade socioeconômica do país e identificando a necessidade e a possibilidade de um passo adiante no desenvolvimento da educação, ciência, tecnologia e inovação, apresenta uma agenda de desenvolvimento para as Universidades Federais.

Essa agenda foi construída em diálogos e parceria com o conjunto das universidades, com a comunidade científica, especialistas e com membros do Congresso Nacional. Igualmente, buscou-se uma interlocução produtiva com órgãos do governo, com destaque ao Ministério da Educação e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Essa pluralidade de atores possibilitou uma visão multidimensional e um reconhecimento da diversidade do País. Portanto, essa agenda assenta-se nas potencialidades de cada universidade e na superação das desigualdades rumo a um Brasil econômica e tecnologicamente moderno e com uma sociedade mais equânime nos direitos e nas oportunidades.

## DESENVOLVIMENTO PARA AS UNIVERSIDADES FEDERAIS

No mundo contemporâneo, é unanimidade entre as nações, bem como entre os intelectuais, trabalhadores, empresários e políticos dos diversos matizes ideológicos, que a educação com qualidade é fator determinante de desenvolvimento e requisito básico para a melhoria das condições de vida em qualquer sociedade. No Brasil, não seria diferente.

Em uma visão moderna e sistêmica do processo educacional, que valoriza todas as suas etapas – da creche à pós-graduação – o Ensino Superior tem o papel de formar profissionais nas diversas áreas do conhecimento e do mundo do trabalho, fazer ciência, produzir mais conhecimento, criar novas tecnologias e gerar inovação, tudo isso aplicado a um melhor desempenho da base econômica do país e ao aumento da qualidade de vida da população.

No cenário mundial, o Brasil possui dimensão territorial, populacional e econômico de destaque e detém um grande potencial para ampliar a sua posição relativa e seu papel na ordem e na governança globais. Para isso, educação deve assumir um desenvolvimento e um padrão compatíveis com a importância do país, aproveitando melhor suas potencialidades, talentos e vocações. Nesse contexto, as Universidades Federais desempenham papel crucial, tanto na expansão e modernização do sistema como na oferta de um caminho de oportunidades para os jovens.

Historicamente, o modelo brasileiro atribuiu às universidades públicas a missão e a liderança na produção de conhecimentos, ciência, tecnologia e inovação, além de colaborar na ampliação da qualificação de recursos humanos e das práticas pedagógicas para os diversos níveis da educação. Ao setor privado, coube maior ênfase na generalização e multiplicação das vagas, aumentando o número de estudantes matriculados no ensino superior no país. Com a manutenção e melhoria do sistema de regulação e com maiores investimentos, esse modelo pode atender mais e melhor aos interesses e necessidades da sociedade.

# EXPANSÃO COM QUALIDADE

As Universidades Federais têm cumprido sua missão com maior proficiência nos últimos anos, graças às condições criadas pelo processo de expansão implementado nos últimos dez anos, que ajudou a reposicioná-las diante das prioridades do País, assim como renovou a motivação dos seus profissionais. Nesse período, formaram-se mais engenheiros, médicos e professores para a educação básica, sem prejuízo para a formação de novos profissionais nas demais áreas. Outro resultado expressivo da mesma política tem sido o número sempre crescente de mestres e doutores.

Tal processo, que teve como diretriz a qualidade, se deu com a ampliação de cursos noturnos e a criação de novas universidades e novos campi em regiões antes desassistidas, demandando a contratação de milhares de professores doutores e de técnicos, assim como a construção de milhões de metros quadrados de laboratórios, salas de aulas, refeitórios, residências universitárias e outras instalações. A esse esforço da sociedade e das universidades, Governo e do Congresso Nacional, deu-se o nome de REUNI.

Destinados a posicionar as Universidades Federais em condições de bem cumprirem sua missão social, os investimentos foram viabilizados pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. A partir daí, as universidades experimentaram uma fase de recuperação e expansão. Os vultosos recursos destinados ao custeio também seguiram um marco organizado pelas matrizes de gastos acompanhadas pelo MEC.

Cabe destacar que os investimentos foram decisivos para se deflagrar um processo de crescimento de todas as Universidades Federais, sempre respeitando os diferentes graus de desenvolvimento entre as diversas instituições. Houve acentuada ampliação no número de vagas, como fruto das inversões realizadas, e democratização do acesso, decorrente também dos efeitos do ENEM/SISU e da política de cotas. Também se torna claro que aquelas medidas estão produzindo reflexos diretos na qualidade da educação básica.

## A HORA DA CONSOLIDAÇÃO

Cumprida a crucial etapa da expansão e democratização das universidades, observa-se que as 63 Universidades Federais, em razão de suas trajetórias históricas e acadêmicas particulares, possuem condições e níveis de desenvolvimento desiguais. As instituições mais novas, e mesmo algumas dentre as mais antigas, ainda necessitam da continuidade das políticas de apoio à sua consolidação. Outras já se encontram em estágio mais avançado, aptas a se tornarem universidades de padrão mundial.

Nem todas as dificuldades puderam ser resolvidas na última década, sobretudo devido ao passivo de infraestrutura e pessoal. É indispensável uma política permanente para consolidar os novos cursos, os novos campi e as novas instituições, com o propósito de dar continuidade ao crescimento quantitativo e qualitativo do ensino superior no país.

O REUNI foi exitoso e revelou-se um programa de fundamental importância, pois criou condições para deflagrar uma nova e necessária fase de desenvolvimento das Universidades Federais, com naturais reflexos no conjunto da educação, da ciência e tecnologia e do desenvolvimento nacional. A continuidade do processo de expansão e de modernização das Universidades Federais precisa considerar as diferentes características de cada uma das universidades.



Nesse sentido, um adequado planejamento dos investimentos a partir de 2015 deve estar previsto numa Agenda de Desenvolvimento das Universidades Federais, a fim de se organizarem as ações de consolidação e expansão de acordo com a situação de cada uma dessas instituições. O desenho da Agenda de Desenvolvimento de cada universidade há de associar-se aos objetivos de desenvolvimento nacional, com prioridade para a expansão da oferta de vagas e a qualificação do Ensino Superior, segundo as características regionais. A consecução desses objetivos deve dar-se tanto pela orientação dos projetos das Universidades Federais, quanto pela articulação dos cursos das instituições privadas.

Cabe ressaltar que a qualidade das nossas universidades está relacionada à pesquisa e à pós-graduação. A geração de conhecimento e a formação de pessoas, aliadas à inovação e à solução de problemas, locais e globais, são imprescindíveis para o sucesso acadêmico e o conseqüente reconhecimento por parte da sociedade.

O conjunto das Universidades Federais cobre hoje praticamente todas as áreas do desenvolvimento científico e tecnológico. Ao mesmo tempo, o compromisso regional e a articulação com os arranjos produtivos e especificidades locais permitem que cada instituição estabeleça suas próprias áreas de desenvolvimento prioritário.

As parcerias com universidades estrangeiras revelam-se, da mesma forma, indispensáveis para que se possa avançar em qualidade e melhor articular com as fronteiras do desenvolvimento científico mundial. Esse é o caminho trilhado pelas melhores instituições do mundo e pode resultar em importante eixo para boa parte de nossas universidades. A propósito, cabe assinalar que o programa Ciência sem Fronteiras demonstrou enorme potencial de internacionalização, com efeitos altamente benéficos para os cursos de graduação.

Também é crucial apoiar a pós-graduação através da mobilidade de docentes e de estudantes na direção de laboratórios parceiros, em instituições associadas, privilegiando ações conjugadas, em vez de iniciativas selecionadas isoladas.

Nesse contexto, as Universidades Federais reafirmam seu compromisso com o desenvolvimento econômico e social do país e com as políticas educacionais implementadas pelo governo federal nos últimos anos, apresentando neste documento um projeto articulado baseado em seis dimensões e em consonância com o Plano Nacional de Educação.



# UMA AGENDA EM SEIS DIMENSÕES

Diante do exposto, considera-se como dimensões prioritárias em uma Agenda de Desenvolvimento para as Universidades Federais:

1. **Desenvolvimento nacional;**
2. **Desenvolvimento regional;**
3. **Inovação tecnológica; e**
4. **Internacionalização.**

Os projetos de investimento nas universidades, com foco em redes físicas ou em recursos humanos, devem estar relacionados a essas prioridades e, ainda, necessariamente contemplar as seguintes dimensões transversais:

5. **Formação de Professores; e**
6. **Educação a Distância.**

A qualidade da educação básica depende da qualidade dos professores formados nos cursos de licenciatura. É imperativo implementar novas ações de formação inicial e continuada numa escala efetiva capaz de suprir os quadros de professores e elevar sua qualificação. Isso inclui, dentre outras medidas, a revisão dos currículos, de modo a tornar os cursos mais aplicados, atraentes e motivadores.

Igualmente relevante é o incremento da educação a distância, que se vem consolidando em todo o mundo como estratégia para a multiplicação das vagas e ampliação do alcance dos cursos, em melhor sintonia com as necessidades dos estudantes.

Também se considera importante, na escala de prioridades dos projetos inseridos na Agenda de Desenvolvimento das universidades, a aderência destas ao **Plano Nacional de Educação**, ao **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade** e ao **Plano Nacional de Pós-graduação**, assim como a **ampliação e qualificação da pós-graduação** e a **articulação da pesquisa com o setor produtivo**.

Sugere-se que, para validação dos investimentos cadastrados no SIMEC, no âmbito dos projetos, cada universidade apresente uma proposta de Agenda de Desenvolvimento com base em diagnóstico previamente elaborado em conjunto com o MEC e em sintonia cronológica com o Plano Nacional de Educação (PNE). Também é importante definir indicadores e metas a serem avaliados periodicamente para aferir a evolução das instituições.

Cada agenda servirá como instrumento de organização das universidades e também de avaliação por parte do Ministério da Educação (MEC), objetivando a alocação dos recursos de investimentos na proposta orçamentária e no plano plurianual.

Por fim, levando em conta que a gestão institucional e a coordenação de ações incluem aprovação nos conselhos superiores e validação nas instâncias internas e externas, torna-se fundamental dar atenção aos eventuais entraves administrativos e questões jurídicas que possam gerar atrasos na execução dos projetos.

Brasília, 20 de maio de 2014.

## DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente	Reitor Targino Araújo (UFSCar)
1º Vice-presidente	Reitor Zaki Akel Sobrinho (UFPR)
Suplente	Reitor Natalino Salgado Filho (UFMA)
2º Vice-presidente	Reitora Márcia Perales Mendes (UFAM)
Suplente	Reitor Orlando do Amaral (UFG)
Secretário executivo	Gustavo Balduino

## REITORES (AS) / UNIVERSIDADES

Ana Lúcia de Assis Simões (UFTM)	Luiz Pedro San Gil Jutuca (UNIRIO)
Ana Maria Dantas Soares (UFRRJ)	Márcia Perales Mendes Silva (UFAM)
Ângela Maria Paiva Cruz (UFRN)	Márcio Antônio da Silveira (UFT)
Angelo Roberto Antonioli (UFS)	Márcio Silva Basílio (CEFET-MG)
Anísio Brasileiro de Freitas Dourado (UFPE)	Marcone Jamilson Freitas Souza (UFOP)
Carlos Alexandre Netto (UFRGS)	Margareth de Fátima F. Melo Diniz (UFPB)
Carlos Antonio Levi da Conceição (UFRJ)	Maria Berenice A. da Costa Tourinho (UNIR)
Carlos Edilson de Almeida Maneschy (UFPA)	Maria José de Sena (UFRPE)
Carlos Eduardo Cantarelli (UTFPR)	Maria Lúcia Cavalli Neder (UFMT)
Carlos Henrique Figueiredo Alves (CEFET-RJ)	Mauro Augusto Burkert Del Pino (UFPE)
Célia Maria da Silva Oliveira (UFMS)	Minoru Martins Kinpara (UFAC)
Cleuza Maria Sobral Dias (FURG)	Miriam da Costa Oliveira (UFCSPA)
Dagoberto Alves de Almeida (UNIFEI)	Natalino Salgado Filho (UFMA)
Damião Duque de Farias (UFGD)	Nilda de Fátima Ferreira Soares (UFV)
Eliane Superti (UNIFAP)	Nilma Lino Gomes (UNILAB)
Elmiro Santos Resende (UFU)	Orlando Afonso Valle do Amaral (UFG)
Eurico de Barros Lobo Filho (UFAL)	Paulo Afonso Burmann (UFMS)
Francisco Roberto Brandão Ferreira (IFMA)	Paulo Gabriel Soledade Nacif (UFRB)
Gioconda Santos e Souza Martinez (UFRR)	Paulo Márcio de Faria e Silva (UNIFAL-MG)
Iracema Santos Veloso (UFOB)	Pedro Angelo Almeida Abreu (UFVJM)
Ivan Marques de Toledo Camargo (UnB)	Raimunda Nonata Monteiro (UFOPA)
Jaime Giolo (UFFS)	Reinaldo Centoducatte (UFES)
Jaime Arturo Ramírez (UFMG)	Renato da Anunciação Filho (IFBA)
Jesualdo Pereira Farias (UFC)	Roselane Neckel (UFSC)
João Carlos Salles Pires da Silca (UFBA)	Sidney Luiz de Matos Melo (UFF)
José Arimatéia Dantas Lopes (UFPI)	Soraya Soubhi Smaili (UNIFESP)
José de Arimatea de Matos (UFERSA)	Suely Salgueiro Chacon (UFCA)
José Edilson de Amorim (UFCG)	Sueo Numazawa (UFRA)
José Roberto Soares Scolforo (UFLA)	Targino Araújo Filho (UFSCar)
Josué Modesto dos Passos Subrinho (UNILA)	Ulrika Arns (UNIPAMPA)
Julianeli Tolentino de Lima (UNIVASF)	Valéria Heloísa Kemp (UFSJ)
Júlio Maria Fonseca Chebli (UFJF)	Zaki Akel Sobrinho (UFPR)
Klaus Werner Capelle (UFABC)	

